

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA OS PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL

SOUSA, Giliene Alves Pereira

Ru 2475086

BECKER, Thiana Maria

RESUMO

A Educação Inclusiva, é um assunto que vem ganhando proporção e destaque nas últimas décadas, pois com as mudanças na Legislação Nacional, tornou-se necessário um novo olhar para o aperfeiçoamento dos docentes, adequação das redes físicas das Unidades de Ensino para receber esse novo discente que deveria ser introduzido no seio da sala de aula do ensino regular. Assim sendo, para o desenvolvimento desse tema, será preciso compreender os desafios e as perspectivas para os professores da educação regular no âmbito da educação inclusiva, mapear as concepções que norteiam as políticas públicas educacionais inclusivas; entender os desafios encontrados pelos professores da educação regular na inclusão de alunos com necessidades especiais; verificar os caminhos a serem trilhados pelos professores para que a inclusão aconteça; elencar as perspectivas formativas dos professores da educação regular acerca da inclusão escolar. Lembrando sempre que os alunos com necessidades especiais são indivíduos em constante formação e movimento e que a cada momento poderão surgir situações que necessitem de novas adaptações. As descobertas do aprender junto ao discente com necessidades especiais são momentos mágicos a serem compartilhados com todos.

PALAVRAS-CHAVE: Aprendizagem. Educação Especial. Inclusão. Desenvolvimento.

1. INTRODUÇÃO

Partindo da problematização- Quais os desafios e as perspectivas para os professores da educação infantil, esse projeto baseou-se na Educação Inclusiva como perspectiva de Ensino- Aprendizagem, onde boa parte dos alunos que necessitam de educação especial não conseguem realmente ter sucesso. Assim sendo, a Educação Especial sob a perspectiva da inclusão é um assunto que vem ganhando espaço nas reflexões referentes a oferecer educação de qualidade a todos. E por mais que esse seja um assunto atual, ainda são vivenciadas formas ultrapassadas na prática

¹ Aluno do Centro Universitário Internacional UNINTER. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso. 1ºSem - 2021. . ² Professor Orientador no Centro Universitário Internacional UNINTER.

cotidiana em sala de aula, mesmo tendo alcançados alguns avanços, o caminho a percorrer é longo e a reflexão e o debate deverão ser presença no dia a dia escolar.

É necessário também ter em mente que como educadores, o aperfeiçoamento e a busca do conhecimento devem estar em constantes pesquisas para que a segurança e o domínio dos conteúdos na construção do conhecimento, sejam sempre o norte, para facilitar o repasse aos alunos. Respeitando a pluralidade no âmbito escolar, proporcionando um espaço democrático, de respeito ao próximo e assegurando assim, condições de aprendizagem e convívio social, o objetivo de melhoria do Ensino- Aprendizagem no âmbito da Inclusão poderá ser atingido.

Dando continuidade ao processo de Ensino e Aprendizagem, os objetivos gerais e específicos levam a necessidade de compreender os desafios e as perspectivas para os professores da educação infantil no âmbito da educação inclusiva. Mapear as concepções que norteiam as políticas públicas educacionais inclusivas, entender os desafios encontrados pelos professores da educação infantil na inclusão de alunos com necessidades especiais, verificar os caminhos a serem trilhados pelos professores para que a inclusão aconteça e finalmente, elencar as perspectivas formativas dos professores da educação infantil acerca da inclusão escolar.

2-FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A antiguidade é um período histórico, neste período mencionamos a primeira forma de tratamento para deficientes. Segundo a definição de Engels (2002), esse período teve início na civilização antiga e perdurou até o fim do Império Romano Ocidental (século V), constituindo uma nova parte da sociedade de classes e utilizada para estabelecer relações de produção baseadas na escravidão. Devido à pena de morte para os deficientes, essa fase é chamada de período de extinção. O movimento global pela educação inclusiva é uma atividade política, cultural, social e pedagógica que desencadeia a defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprenderem e participarem sem qualquer forma de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional baseado no conceito de direitos humanos, que combina igualdade e diferença como valores indivisíveis e, por meio do contexto histórico gerado pela exclusão interna e externa, atinge o conceito de progresso da igualdade formal. A educação inclusiva reconhece que as dificuldades

enfrentadas pelo sistema de ensino indicam a necessidade de enfrentar as práticas discriminatórias e propor alternativas de superação dessas práticas, portanto, a educação inclusiva está no centro do debate sobre o papel da sociedade contemporânea e da escola na superação da lógica de status de exclusão. A partir do estabelecimento do arcabouço de um sistema educacional inclusivo, a organização das escolas e turmas especiais passou a ser repensada, o que significa que a estrutura e a cultura da escola mudaram para que todos os alunos pudessem alcançar sua particularidade. Aprender o descontínuo e complexo movimento que engloba desde ações de extermínio às de inclusão de pessoas com deficiências (e outros quadros que se inserem no amplo campo das necessidades especiais) exige o conhecimento do longo trajeto percorrido pela humanidade na produção de uma função social específica desse grupo, em cada modo de produção, para a internalização da verdade de que a sociedade capitalista não expressa o “fim da História”. Para Ferreira e Guimarães (2003), o processo de inclusão avança ao lançar um olhar para as pessoas com deficiências como interlocutoras que desafiam as instituições escolares a inovar suas concepções e práticas pedagógicas perante os processos peculiares de ensino e aprendizagem desses alunos, já que, na integração promovia-se uma exclusão velada ao forçar sua adaptação ao ritmo e estilo dos demais alunos. O objetivo da Educação Infantil é o desenvolvimento global e harmônico da criança, global porque inclui todos os aspectos da pessoa humana como: corpo, mente, afetividade, consciência moral e crítica, integração social, entre outros. Harmônico porque todos esses aspectos devem se desenvolver equilibradamente e paralelamente, desenvolvendo-se aos poucos, realizando em si potencialidades que estavam adormecidas e jogos e brincadeira são atividades humanas significativas na formação de sujeitos sociais e culturais. O jogar e o brincar conferem à criança oportunidade de desenvolvimento e construção de conhecimento. Jogando e brincando a criança experimenta, descobre, inventa, aprende e desperta habilidades, além de aguçar a curiosidade, a autonomia e a autoconfiança, propicia o desenvolvimento significativo da linguagem da concentração e do pensamento, sendo então um poderoso recurso psicopedagógico, no processo ensino aprendizagem. Assim, faz fundamental problematizar o tema em questão, que é de grande valia para a educação, pois jogos e brincadeiras são muito mais que passatempo, eles dizem muito sobre as características e cultura de um povo.

O tema em questão surgiu após observar crianças jogando no pátio da escola em que atuo como professora regente. Em um pequeno espaço as crianças criavam e recriavam, e com a observação, surgiram dúvidas sobre a concepção do uso de jogos e brincadeiras como recurso psicopedagógico, e como os mesmos podem intermediar a relação ensino-aprendizagem. É evidente que dentro das atividades de lazer vivenciadas na idade infantil, o jogo e a brincadeira são fontes extremamente significativas na construção da personalidade humana, pois através dos mesmos a criança expressa sua espontaneidade, criatividade e várias áreas do conhecimento são acionadas intencionalmente.

De acordo com KISHIMOTO (1993, p. 11):

[...] “O jogo é fundamental para a educação e desenvolvimento infantil. Quer trate do jogo tradicional infantil, reduto da livre iniciativa da criança marcado pela transmissão oral, ou o jogo educativo, que introduz conteúdos escolares e habilidades a serem adquiridas por meio da ação lúdica. O jogo e criança caminham juntos desde o momento em que se fixa a imagem da criança como um ser que brinca. Portadora de uma especialidade que expressa pelo ato lúdico a infância carrega as brincadeiras que se perpetuam e se renovam a cada geração”. (KISHIMOTO, 1993, p. 11)

Os jogos proporcionam de forma descontraída e prazerosa, o desenvolvimento infantil, em todos os aspectos relacionados ao processo de construção do conhecimento: cognitivo, afetivo, sensório-motor, linguístico, sociocultural. Através de jogos e brincadeiras, a criança consegue interagir com o objeto e com outras crianças, estabelecendo parcerias e adquirindo autonomia para inovar e construir um novo conceito.

Para SIAULYS (2005, p. 9):

“As crianças precisam brincar independentemente de suas condições físicas, intelectuais ou sociais, pois a brincadeira é essencial a sua vida. O brincar alegre e motiva as crianças, juntando-as e dando-lhes oportunidade de ficar felizes, trocar experiências, ajudarem-se mutuamente; as que enxergam e as que não enxergam, as que escutam muito bem e aquelas que não escutam, as que correm muito depressa e as que não podem correr”. (SIAULYS, 2005, p. 09)

Em concordância com a autora o brincar é fundamental e se faz necessário para toda e qualquer criança, independentemente de suas limitações. O brincar auxilia os participantes a desenvolver confiança em si mesmo e em sua capacidade, nas diversas situações, a brincadeira favorece a autoestima das crianças, auxiliando-as a superar progressivamente suas aquisições de forma criativa.

A escola enfrenta o desafio de se tornar "inclusiva". Portanto, a constatação implícita é que ela ainda tem uma prática de exclusão, separação e discriminação. Quando se trata de inclusão, temos uma discussão sobre o direito à igualdade e o direito à diferença. As sociedades, por mais homogêneas que pareçam, são intrinsecamente multiculturais. Nenhum país ou grupo social tem todos os indivíduos da mesma maneira ou da mesma maneira, ou têm as mesmas crenças ou as mesmas aspirações. O ser humano é absolutamente único em suas ações cotidianas em busca da sobrevivência, assim como na interpretação simbólica da sobrevivência. A equipe é construída a partir da necessidade histórica de estar com os outros. O norte a ser seguido em uma escola para que a inclusão seja efetiva e desempenhe seu papel diante da sociedade, basear-se-á nos pilares de valores como liberdade, tolerância, convivência, respeito e solidariedade. Para que os pilares sejam firmes, a busca por medidas alternativas e eficazes para a colheita de resultados promissores e de sucesso também será o fio condutor para incluir não somente crianças, mas também jovens e adultos que viveram a margem da histórica prática de exclusão vivenciada na sociedade.

O Ministério da Educação, através das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, esclarece que:

Tradicionalmente, a educação especial tem sido concebida apenas ao atendimento de alunos que apresentam deficiências (mental, visual, auditiva, físico-motoras e múltiplas); condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos, bem como de alunos que apresentam altas habilidades/superdotação. Hoje (...) a ação da educação especial amplia-se, passando a abranger (...) dificuldades de aprendizagem relacionadas à (...) dificuldades cognitivas, psicomotoras e de comportamento (...) como (...) a dislexia e disfunções correlatas; problemas de atenção, perceptivos, emocionais, de memória, cognitivos, psicolinguísticos, psicomotores, de comportamento; e ainda fatores ecológicos e socioeconômicos, como as privações de caráter sociocultural e nutricional (BRASIL, 2001, p.43-44).

Dentre os alunos que precisam de assistência profissional, as seguintes características são particularmente proeminentes: talento, comportamentos típicos (fobia, alienação, agressividade, isolamento, estimulação, distração, etc.), deficiência auditiva, deficiência visual, deficiência física, deficiência intelectual e o os fatos comprovam. Certas tecnologias, procedimentos e métodos podem ser aplicados de forma comum, mas também requerem atenção direcionada e individual. A educação inclusiva e o atendimento às necessidades especiais dos alunos penetram em todos

os níveis de ensino, desde a educação infantil até o ensino superior, incluindo a educação de Jovens.

A proposta de educação inclusiva é realizada principalmente por meio de uma turma mista, em que todos os alunos com ou sem necessidades especiais devem estar incluídos na mesma disciplina. Ao mesmo tempo, esta integração é o pilar central deste novo modelo de educação, e é também o centro das principais disputas, dificuldades e resistências na sua implementação. Parece difícil entender que a escola de todos deve ser a mesma e todos devem ser diferentes. O Ministério da Educação conceitua a Educação Especial como:

Modalidade da educação escolar; processo educacional definido em uma proposta pedagógica, assegurando um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns (...) em todas as etapas e modalidades da educação(BRASIL, 2001,p.39)

Essa proposta de incluir os alunos com necessidades especiais em salas regulares, formando uma suposta turma homogênea é a velha ideia de segregar os alunos “diferentes” e encaminhá-los às escolas especializadas ou salas de recursos com professores de apoio que teoricamente fariam esses alunos acompanharem seus “pares” nas salas regulares. Para o Ministério da Educação, o convívio com o “diferente” é peça fundamental para a inserção aos valores como respeito a diversidade, uso de novas técnicas que possam auxiliar todos os alunos para alcançarem o mesmo patamar de aprendizagem. Porém, ressalta ao mesmo tempo, que para o sucesso acontecer é necessário que o apoio pedagógico aconteça de forma concomitante ao ensino ministrado na sala regular. O que não se pode admitir é que a Educação Especial substitua o Ensino comum, pois formaria outra frente de exclusão. A escola é um espaço social com regras claras de comportamento. Para compreender que a diversidade é parte integrante da condição humana, e para aceitar e compreender que o outro é uma extensão de si mesmo. Os inferiores são considerados semelhantes e iguais. O espírito de respeito, generosidade e solidariedade floresceu. As crianças terão confiança em seus colegas e, o mais importante, aumentarão sua autoconfiança. A escola tornou-se o epítome da vida social. Este estudante cidadão pode se tornar a semente da justiça social e de

peças responsáveis, quebrando aos poucos o velho paradigma do mundo, erroneamente em bom e mau, capaz e incapaz, rico e pobre.

Uma quantidade considerável de educadores com um pouco de bom senso, alegam que não possui preparo pedagógico para lidar com os alunos com diferentes necessidades, como deficientes visuais, auditivos, intelectuais e deparam-se com a falta de mínima estrutura dentro das escolas regulares para lidarem com essas situações tão desafiadoras e inéditas. Diante desse quadro, torna-se urgente um posicionamento político das escolas e dos profissionais do ensino para exigirem de todos os governantes, condições básicas necessárias para que seja cumprido o Plano Nacional e Estadual de Educação Inclusiva. A seguir, foram listadas, algumas das reivindicações a serem cumpridas que são elencadas no Plano Nacional de Educação:

- Formação continuada, garantindo condições para reflexão sobre os fundamentos da Educação Inclusiva;

- Atendimento pedagógico especializado para os professores por professores especialistas nas diversas áreas de deficiência;

- Sala de recursos multifuncionais, equipadas com computadores, programas específicos para cada tipo de deficiência ou necessidade do aluno como: pranchas, teclados e mouses alternativos, material em relevo e com caracteres maiores, lupas, textos em Braille, máquinas Braille e softwares para acessibilidade e outros;

- Interprete de LIBRAS, para apoio ao professor em turmas com alunos surdos;

- Apoio de profissionais psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas;

- Parcerias interinstitucionais nas áreas de Saúde, Assistência Social e Trabalho;

- Elaboração do projeto pedagógico da escola, com a participação da família e da comunidade;

- Parcerias com instituições de ensino superior para a realização de pesquisas; realização de eventos para discussão e difusão de boas práticas;

- Flexibilização e adaptações curriculares;

- Terminalidade diferenciada com redução ou extensão de tempo para aluno com deficiência ou superdotado com: Certificação para alunos com deficiência intelectual em grau moderado ou múltipla e encaminhamento para o trabalho e possibilidade de matrícula do aluno superdotado em série compatível com seu desempenho escolar e maturidade sócio emocional. Essas condições citadas, seriam

necessárias para a implantação, desenvolvimento da Educação Inclusiva em todo o âmbito da Educação Regular. De todas as condições, destaca-se como ponto de partida, a presença de psicólogos nas redes de educação básica. Essa prática, auxiliaria todos os que trabalham direta ou indiretamente com os alunos que necessitam de Educação Inclusiva. Porém, a cada momento, depara-se com total descaso, principalmente no tocante ao papel da família, pois tentam que a escola supra todas as necessidades do aluno, incluindo o apoio familiar e o acompanhamento. Porém, não percebe se existe realmente essa culpa por parte da família ou se a escola também não consegue suprir tais necessidades por falta de condições já elencadas anteriormente.

Incluir, não se resume em aceitar a matrícula do educando na instituição de ensino em uma sala regular, mesmo porque não existe uma única necessidade para ser suprida. Às vezes, depara-se com vários alunos com diferentes necessidades enturmados em uma única sala regular, onde os docentes não possuem formação, acompanhamento, atualização e principalmente compreensão do precisa ser adaptado para o rendimento do aluno ser satisfatório conforme parâmetros de ditam tempo e flexibilização curricular. Diante desse quadro, verifica-se que para cumprir o necessário, o poder público escolhe outra instituição de ensino que possui sala de recurso, professor de apoio, material didático necessário e oferece aos familiares a oportunidade de inclusão em aulas no contra turno. Muitas vezes, essas famílias, não dispõe de condições de transporte para deslocar o aluno e termina por não frequentar e por força da legislação, o aluno é promovido na instituição de origem.

Por outro lado, os esforços do Brasil para promover a inclusão social e educacional de pessoas com necessidades especiais foi a resposta ao longo isolamento dessas pessoas e que impediam seu pleno desenvolvimento. Até o início do século 21, o sistema educacional brasileiro oferecia dois tipos de serviços: escolas regulares e escolas especiais - os alunos ou frequentavam um deles. Nos últimos dez anos, nosso sistema escolar mudou com propostas inclusivas e adotou um único tipo de escola: uma escola geral que acolhe todos os alunos, tem meios e recursos suficientes e fornece suporte para aqueles que enfrentam dificuldades de aprendizagem.

Antes a escola era separada em Educação Especial e Educação Regular, porém, com a chegada da Escola Inclusiva, mudou-se o conceito. A Educação Inclusiva, trata-se de uma educação especial em escolas regulares, e tem como

objetivo permitir que alunos com deficiência convivam e se integrem à sociedade e promovam a diversidade. Diante desse novo modelo, as instituições de ensino deverão seguir os pilares da Educação Inclusiva para nortear os trabalhos. Os pilares foram divididos seguindo esses princípios: Independentemente das restrições, as crianças devem ir à escola e obter tudo o que as outras crianças podem usar com frequência. O segundo princípio dessa educação é que todos têm a capacidade de aprender. Partindo desses pilares, iniciou-se uma implantação da Educação Inclusiva, baseando-se nessas indagações. Afinal, o que os professores devem fazer ao receber alunos com deficiência? Qual é a diferença entre educação especial e educação inclusiva? Ou qual é o termo correto para pessoas com deficiência? A escola especial vai acabar? O que exatamente é uma escola inclusiva no Brasil? Quais são os desafios da educação inclusiva? Tudo ainda era muito novo e gerou uma angústia muito grande nos docentes, pois como atender esse novo aluno?

Com esses questionamentos, iniciou-se a busca por respostas, através de leituras e análises de situações ditadas na literatura, onde foi possível esclarecer algumas dúvidas, citadas a seguir.

Educação Inclusiva é uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. A palavra valorizar tornou-se carro chefe das discussões. Valorizar! Sim. Valorizar as diferenças é a chave. As diferenças sempre existiram. Na educação inclusiva elas precisam ser reconhecidas e valorizadas, sem preconceito. A inclusão prevê a inserção escolar de forma radical, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as salas de aula do ensino regular. Isso mesmo, na educação inclusiva todos os alunos devem fazer parte da escola comum. Radical? Sem dúvida. O radicalismo da inclusão vem do fato de exigir uma mudança de paradigma educacional. É o fim da subdivisão Ensino Especial x Ensino Regular. As escolas inclusivas atendem às diferenças sem discriminar, sem trabalhar à parte com alguns alunos, sem estabelecer regras específicas para se planejar, para aprender, para avaliar.

Segundo a psicóloga Marina Almeida, no “Manual Informativo sobre inclusão: informativo para educadores”, podemos definir educação especial e educação inclusiva da seguinte forma: “Educação especial é uma modalidade de ensino que visa promover o desenvolvimento das potencialidades de pessoas portadoras de necessidades especiais, condutas típicas ou altas habilidades, e que abrange os

diferentes níveis e graus do sistema de ensino. Ou seja, uma modalidade de ensino para pessoas com deficiência ou altas habilidades. ” Após, a análise e estudo de obras de autores, tais como: Teófilo Galvão Filho, Maria Teresa Eglér Mantoan, Eduardo José Manzini, Rita Bersch entre outros profissionais que atuam na área, pôde-se criar um norte para a aceitação e execução das novas mudanças propostas. Porém, observou-se que as instituições de ensino ainda não conseguiram implantar mudanças estruturais e pedagógicas para o desenvolvimento da nova proposta em sua plenitude. Novamente, esbarrou-se em recursos escassos, ausência de profissionais como: fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, psicólogos e certamente um pedagogo que poderia guiar e conduzir os caminhos juntamente com os docentes de várias disciplinas que compõem o Plano Nacional de Educação.

Recentemente, com a implantação gradativa da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), novamente as dificuldades surgiam no momento da preparação das aulas para alunos com inclusão em salas regulares. Essas dificuldades aumentaram assim que o aluno avançou no percurso escolar até chegar no Ensino Médio.

Novamente, voltou a seguinte questão: Não bastava a escola aceitar a matrícula, precisava ter condições operacionais que assegurassem a manutenção e permanência desse aluno conforme sua realidade apresentada. Primeira medida tomada seria, a adequação do Plano Político Pedagógico e as adaptações necessárias ao ambiente escolar, tais como: alterações no Planejamento Anual, adição de professores de apoio, implantação de acessibilidade completa, introdução de tecnologias assertivas, além de constantes formação especializadas para os docentes. Com tais alterações, os docentes deixariam de sentir-se incapazes para executar o Planejamento e acolher o discente com necessidades especiais.

A preparação dos docentes, seria o carro chefe de todo o processo de implantação da Educação Inclusiva no âmbito da Educação Regular. O docente não precisa ser conhecedor profundo de um determinado tipo de inclusão para ter condições de atender o aluno. O principal será levar em conta o poder de lidar com a diversidade, onde incluir sentimentos como atenção, carinho, resiliência para realização do seu papel transformador na vida escolar de cada aluno.

3-METODOLOGIA

Esse trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, que segundo Severino (2007), parte de:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (p.122).

Conforme a abordagem trata-se de um estudo qualitativo, que de acordo com Minayo (2003, p. 16-18) “é atividade básica das ciências na sua construção da realidade, mas que se preocupam com as ciências sociais em nível da realidade, que não pode ser quantificado, compreendendo o funcionamento atual dos organismos autorreflexivos, e que desenvolveu num viés descritivo e exploratório”. Portanto, educação inclusiva significa ensinar todas as crianças na mesma escola. A escolha dessa modalidade de ensino não significa negar as dificuldades dos alunos. Com a inclusão, as diferenças não serão vistas como problemas, mas sim como diversidade. É essa diversidade baseada na realidade social que pode ampliar a visão do mundo e proporcionar a todas as crianças a oportunidade de viverem juntas. Reter a diversidade encontrada na escola na realidade social é uma oportunidade de atender às necessidades educacionais, com foco nas competências, habilidades e potencialidades dos alunos.

“Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver”. (CARVALHO, 2005).

Os professores percebem a importância de ajustar o plano de trabalho de acordo com as necessidades dos alunos e estarão prontos para se preparar para os ajustes. Quando o educador tem as ferramentas para determinar o potencial e o conhecimento do aluno, ele se sente capaz de ajustar a prática para aqueles com necessidades educacionais especiais. No entanto, o professor precisa estar ciente de sua capacidade de tornar possíveis processos inclusivos. Para tanto, devem buscar novos conhecimento e aprimorar sua formação, aprender novas formas de pensar e agir para atender às exigências de sua atuação profissional. Para entender seus alunos, suas habilidades, suas necessidades educacionais específicas e possíveis

formas de aprendizagem, o professor precisa de tempo. O reconhecimento de que todo aluno pertence a esse grupo dependerá da comunicação e interação efetiva entre professores e aluno e da observação contínua ao longo do processo de aprendizagem. O sistema de apoio colabora com o professor nessa tarefa, mas apenas os educadores que estão em sala de aula e conhecem o processo de ensino, convivem com o grupo e a dinâmica de ensino, podem escolher o programa de ensino.

O guia será planejado e atualizado de acordo com o desenvolvimento dos alunos. O período de referência deste plano é variável. Planejamentos de curto prazo mostram-se mais úteis. Há possibilidade de adequar o planejamento para períodos de um mês, por exemplo, ou considerar apenas uma unidade didática. A análise das necessidades professor-aluno é quem vai ditar os ajustes necessários e a previsão de tempo.

Há muito tempo, aprendemos que é preciso determinar o conteúdo e as limitações que os alunos desconhecem. Quando conhecermos as características de certos defeitos, perceberemos suas limitações. Por exemplo, sabemos que a deficiência visual de alunos com deficiência visual são os órgãos dos sentidos, portanto, eles não assistirão às aulas visualmente. Geralmente, as restrições de identificação podem ter efeitos graves. Por outro lado, se determinarmos a capacidade, encontraremos métodos de ensino alternativos e condições favoráveis para a participação na sala de aula e aprendizagem.

Maria Teresa Mantoan, afirma em "Caminhos pedagógicos da educação inclusiva": "A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicas para esta ou aquela deficiência e/ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um."

David Rodrigues destaca, no artigo "Educação inclusiva: mais qualidade à diversidade", destaca: "A Educação Inclusiva é, pois, uma ruptura com os valores da escola tradicional. Rompe com o conceito de um desenvolvimento curricular único, com o de aluno padrão e estandardizado, de aprendizagem como transmissão, de escola como estrutura de reprodução. É, assim, muito ambiciosa como objetivo. Os professores, apesar de serem muitas vezes apontados como os bodes expiatórios da inclusão, são a esperança dela. Eles são parte das boas notícias."

A escola está tensionada a refletir o momento histórico que estamos atravessando, considerando a diversidade como característica do sujeito em processo

de constante transformação, a fim de oferecer uma educação para todos. “Gosto de ser homem, de ser gente, porque sei que a minha passagem pelo mundo não é predeterminada, preestabelecida. Que o meu “destino” não é um dado, mas algo que precisa ser feito e de cuja responsabilidade não posso me eximir. Gosto de ser gente porque a História em que me faço com os outros e de cuja feitura tomo parte é um tempo de possibilidades e não de determinismo”. Daí que insista tanto na problematização do futuro e recuse sua inexorabilidade (FREIRE, 2002, p. 58).

A padronização dos (das) alunos (as) e a educação bancária vêm sendo substituídas pela valorização da heterogeneidade humana, da diversidade, consagrando-se o período de ruptura paradigmática. Tal ruptura é baseada no sonho pela humanização dos sujeitos que, segundo Paulo Freire (2001a, p. 99): [...] “é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização”.

O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e refaz. Paulo Freire faz referência a duas diferentes concepções de educação. Em uma delas, “o educador (a) (professor/a) “deposita” noções na mente dos educandos (as) (alunos/as) da mesma forma que se faz depósito em banco, daí a denominação “educação bancária”. O (a) educando (a) torna-se um (a) mero (a) receptor (a) de conhecimentos, numa relação vertical, ou seja, “a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante” (FREIRE, 2002, p. 58).

O educador acredita que possui conhecimentos e espera que todos os alunos tenham o mesmo pensamento e o mesmo conhecimento. Esse tipo de educação está diretamente relacionado ao pensamento das forças opressoras, pois os oprimidos não podem questionar os problemas relacionados à realidade que os oprime, mas simplesmente “aceitar” essa realidade.

Em 1994, a Declaração de Salamanca proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que estudantes com deficiência e altas habilidades/superdotação devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que “as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras” (BRASIL, 2006, p.330).

O conceito de necessidades educacionais especiais foi amplamente disseminado a partir da "Declaração", destacando a interação das personalidades dos alunos com a educação e os ambientes sociais. Porém, mesmo do ponto de vista do conceito de organização do sistema educacional inclusivo, ou seja, para garantir que todos os alunos tenham acesso à matrícula e darem o suporte necessário à sua participação e aprendizagem, as políticas implementadas pelo sistema de ensino ainda não conseguem este objetivo. Do ponto de vista da educação inclusiva, a educação especial passou a fazer parte do plano regular de ensino da escola, promovendo assistência a alunos com deficiência, deficiência global de desenvolvimento e alunos altamente qualificados / gênios. Nessas situações e em outras situações, como disfunções específicas, a combinação da educação especial e da educação geral pode nortear a enfermagem desses alunos. A educação especial orienta suas ações para atender às necessidades especiais desses alunos no processo formativo, e no papel mais amplo da escola, orienta a organização de redes de apoio, a educação continuada, a determinação de recursos, serviços e o desenvolvimento da escola prática cooperativa.

Nos últimos anos, o debate sobre a educação especial e inclusiva no Brasil tem sido acirrado, principalmente no que diz respeito à inclusão de todos nas instituições de ensino formal (ou seja, escolas que reúnem alunos com e sem deficiência). Atualmente, o Ministério da Educação (MEC) está revisando a atual Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) iniciada em 2008. O texto proposto enfrenta forte oposição de alguns educadores que tratam do assunto. A nova redação vai mais uma vez encorajar as pessoas com deficiência que são contrárias às visões sociais a retornarem à sociedade, o que significa remover barreiras e promover a acessibilidade, ao invés de separar alunos com deficiência de alunos sem deficiência.

4-CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como o processo de educação psicológica defende o vínculo e é um fator importante no desenvolvimento da aprendizagem, e a relação afetiva entre o aluno e o educador psicológico é muito importante, os jogos utilizados como recursos de educação psicológica promovem o desempenho e a percepção dos problemas de aprendizagem, com isso, levanta preocupações que levam à realidade e soluções

para resolver os problemas enfrentados pelas crianças. Para ter sucesso na educação Inclusiva, o professor não poderá trabalhar sozinho, será necessária a colaboração de todos, incluindo o poder público como provedor, a equipe gestora e pedagógica.

A aprendizagem se dá no momento em que a criança brinca, da mesma forma que a criança não se preocupa em adquirir conhecimentos e desenvolver qualquer habilidade física ou intelectual. A educação especial integrada é um método de ensino que combina as características da educação convencional e da educação especial. Portanto, promove a integração de crianças com diferentes necessidades, pois percebeu-se que os maiores desafios da Educação Inclusiva foram: Fortalecer a formação dos professores; criar uma rede de apoio e a reestruturação total.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação a Distância. **Salto para o Futuro**: Reflexões sobre a educação no próximo milênio. Brasília: MEC/SEED, 1998. 96p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Matemática. 2 ed. Brasília: DP&A, 2000. 142p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPE/Coedi, 1998.

BRASIL. Ministério Público Federal. O acesso de estudantes com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva(Orgs). 2ª ed. ver. e atualiz. Brasília: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 24 de abril de 2002.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais – orientações gerais e marcos legais. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BUENO, J. G. S. A educação especial nas universidades brasileiras. Brasília: MEC/SEESP, 2002. _____ . A educação inclusiva e as novas exigências para a formação de professores: algumas considerações. In: BICUDO, M. A.; SILVA Jr., C. A. (Orgs.) Formação de educadores e avaliação educacional. São Paulo: UNESP, 1999.

CARVALHO, Dione Lucchesi de. **Metodologia do Ensino da Matemática**. 2. ed. Rev. São Paulo: Cortez, 1994. 119p.

CASARIN, S; ALONSO, D. A Sala de Aula Inclusiva - Trabalhando com deficiências e altas habilidades. São Paulo: Panda Books. No prelo.

ÉGLER, M. T. Inclusão Escolar: O que é? Por que? Como Fazer? São Paulo: Moderna, 2003, 2006. (Coleção Cotidiano Escolar).

FREIRE, Paulo. Algumas reflexões em torno da utopia. In: FREIRE, Ana Maria de Araújo (org.). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. São Paulo: UNESP, 2001b. _____. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. _____. *Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2001a. _____. *Pedagogia do Oprimido*. 32. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. _____. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000. _____. Prefácio à edição brasileira. In:

GARCIA, R. M. C. Política de educação inclusiva e trabalho pedagógico: uma análise do modelo de educação especial na educação básica. Anais. IV Seminário Nacional de Pesquisa em Educação Especial: Conhecimento & Margens. Gramado: RS, 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999. 206p.

GLAT, R; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. *Revista Integração*. Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

GLAT, R; FERNANDES, E.M. Da Educação segregada à educação inclusiva: uma breve reflexão sobre os paradigmas educacionais no contexto da educação especial brasileira. *Revista Inclusão*. Brasília, v. 1, n. 1, p. 35-39, 2005.

GUARNIERI, Maria Regina (org.). **Aprendendo a Ensinar: o caminho nada suave da docência**. 2 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **O jogo e a educação infantil**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. 63p.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. **Jogos Infantis: O jogo, a criança e a educação**. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. 127p.

MACEDO, L. **Aprender com jogos e situações - problemas**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

NETO, Otávio Cruz. O trabalho de campo como descoberta e criação. In: MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 19.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. P.51-66.

PEREIRA, M.G.B. **Jogos - Uma forma de ensinar e aprender matemática**. COLEÇÃO PITÁGORAS - Belo Horizonte: Editora Universidade, 2001.

SANTOS, Santa Marli Pires dos (org.). **O Lúdico na Formação do Educador**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997. 75p.

SMOLLE K S **Resolução de Problemas** Coleção Matemática 0 a 6 anos. Porto Alegre Artimed 2000

SMOOTHEY, Marion. **Atividades e jogos com escalas**. São Paulo: Scipione, 1997.

SOBRINHO, R.M. **Conquistas pedagógicas - Propostas de jogos para equipes.** COLEÇÃO PITÁGORAS - Belo Horizonte: Editora Universidade, 2001.

SNYDERS, Georges. Alunos felizes. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 9-10. MARQUES, Luciana Pacheco,

VITTI, C. M. **Matemática com prazer, a partir da história e da geometria.** 2 ed. Piracicaba, SP: Editora UNIMEP, 1999.

WERNECK, Hamilton. **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo.** 11.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 87p.